



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1009079-44.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Ana Maria Chaves Pomponio e outros**  
 Requerido: **Vagner Jose Pomponio**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora solicita expedição de alvará para levantamento de saldo remanescente e valores recuperados de consórcio, a que faz jus o falecido esposo da primeira requerente, Vagner José Pomponio (certidão de óbito às fls. 10).

2 Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento. Sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.

3 No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados e as autoras comprovaram a condição de sucessoras.

4 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** a autora, Ana Maria Chaves Pomponio, a proceder, junto aos órgãos competentes, o levantamento dos valores não recebidos em vida pelo consorciado, Vagner José Pomponio, referente às cartas: Grupo 01603, Cota 015, R/D 03; Grupo 01603, Cota 014, R/D 06 e Grupo 01603, Cota 016, R/D 00. Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

5 Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação, observando-se a concessão da gratuidade.

6 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), fica anotado o trânsito em julgado, ocorrido na data de prolação desta sentença, dispensado o lançamento de certidão pelo cartório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

7 Após a expedição de alvará, remeta-se ao arquivo.

**8 P.I.**

São Carlos, 28 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**